



Recebimento: 19/05/2017

Aceite: 23/08/2018

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE EM SUMÉ – PB

POLICY OF UNIVERSITARIAN INTERIORIZATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: AN ECONOMICAL ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF CAMPINA GRANDE IN SUMÉ - PB

Allan Gustavo Freire da Silva¹

Rosilene Dias Montenegro²

Nadine Gualberto Agra³

Resumo

A interiorização das universidades, sobretudo a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foi um programa do Governo Federal que visou, dentre outros fatores, à expansão dos centros universitários federais e a criação de novas oportunidades aos moradores afastados dos grandes centros urbanos. Desse cenário, foi criado em 2009, no município de Sumé - PB, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, com o intuito de suprir lacunas socioeconômicas, e oferecer educação superior pública à população residente no semiárido brasileiro. Esta pesquisa se insere em uma ampla proposta de análise das dinâmicas socioeconômicas a partir das transformações ocorridas na região do cariri paraibano nos últimos anos. Tem como objetivo central examinar em que medida a instalação do CDSA/UFMG contribuiu para um possível desenvolvimento local do município de Sumé – PB, para isso, buscou-se analisar e correlacionar o impacto do CDSA com os níveis de arrecadação tributária local. Para a execução da pesquisa, foram utilizadas informações disponíveis nos balanços contábeis presentes no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. O trabalho proposto abordou a análise de indicadores econômicos, que se estenderam entre a faixa temporal de 2005 a 2012, considerando o período anterior e posterior à implantação do CDSA em Sumé. Desse modo, observa-se que, no município de

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (UEPB). Professor na Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – PB, Brasil. E-mail: allangfs@hotmail.com

² Doutora em História (UNICAMP). Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, Brasil. E-mail: rosilenemontenegro@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais (UFMG). Pesquisadora da Rede Nacional de Observatórios do Mercado de Trabalho e da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre a Reforma Trabalhista, Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: nadineagra@yahoo.com.br

Sumé, o CDSA constitui-se como um importante ente fomentador de transformações e delineador de novas relações econômicas e sociais.

Palavras-chave: Universidades. Semiárido brasileiro. Expansão. Relações econômicas.

Abstract

The internalization of universities, especially from the Restructuring and Expansion of Federal Universities - REUNI, was a program of the Federal Government that aimed, among other factors, the expansion of federal university centers and the creation of new opportunities for residents away from large urban centers. From this scenario, the Center for the Sustainable Development of the Semi - Arid - CDSA was created in 2009 in the municipality of Sumé - PB, with the purpose of filling socioeconomic gaps and offering public higher education to the population living in the Brazilian semi - arid region. This research is inserted in a broad proposal of analysis of the socioeconomic dynamics from the transformations that occurred in the Cariri region of Paraíba in recent years. Its main objective is to examine the extent to which the CDSA / UFCG installation contributed to a possible local development of the municipality of Sumé - PB, for this purpose, it was sought to analyze and correlate the impact of the CDSA with the levels of local tax collection. For the execution of the research, information available in the balance sheets was used in the portal of the National Treasury Secretariat (STN). The proposed work addressed the analysis of economic indicators, which extended between the time period from 2005 to 2012, considering the period before and after the implementation of CDSA in Sumé. Thus, in the municipality of Sumé, the CDSA constitutes an important entity that promotes transformations and delineates new economic and social relations.

Keywords: Universities. Brazilian semi-arid. Expansion. Economic relations

Introdução

A interiorização das universidades, sobretudo a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa do Governo Federal instituído pelo decreto presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, visou à expansão dos centros universitários federais, a movimentação de diversas economias locais e a criação de novas oportunidades aos moradores afastados dos grandes centros urbanos – locais estes, que por muito tempo, foram o foco das políticas de educação superior no país.

O processo de interiorização das universidades federais a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, facilitou o acesso de pessoas a cursos de ensino superior em diversas regiões do Brasil. Tal política pública implementada pelo Governo Federal a partir de 2008, cujo objetivo era criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, à nível de graduação, tanto viabilizou a criação de centros de ensino superior no interior dos estados brasileiros, como também, fomentou a abertura de novos cursos nos campus já existentes. O programa REUNI decorre da análise do nível educacional da população, sobretudo no que concerne aos municípios afastados das capitais e dos grandes centros urbanos, os quais apontam para deficiências educacionais, advindas de processos históricos e da privação de investimentos públicos em instituições federais de ensino superior.

Partindo deste ponto, fomentando novos centros universitários, a política pública de expansão universitária pelo país, atrela-se a um conjunto de atividades econômicas – implementadas de face neodesenvolvimentista⁴ - que buscam viabilizar a geração de emprego e renda, bolsas estudantis e atração de outros programas governamentais, com o intuito de fortalecer a economia local, e aquecer os diversos setores sociais capazes de fomentar o desenvolvimento.

⁴ Conforme preceitua Boito Jr. (2012), trata-se de um conjunto de políticas econômicas e sociais que buscam o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência e distribuição de renda, aumentos reais do salário mínimo e políticas compensatórias, embora o governo os faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico vigente no país.

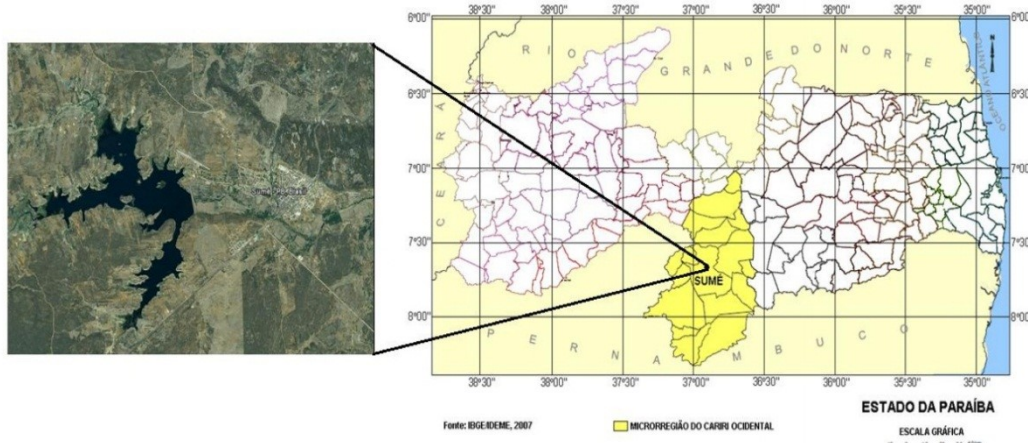
O referido trabalho se insere em uma ampla proposta de análise das dinâmicas socioeconômicas a partir das transformações ocorridas na região do cariri paraibano nos últimos anos. O direcionamento de políticas públicas federais encorpou o debate, uma vez que as relações econômicas passaram a versar a partir de novas atividades, municipais e regionais.

O município de Sumé, com a implantação de um campus da universidade federal na região, vivenciou relevantes mudanças sociais e econômicas, as quais necessitam ser mensuradas tendo como procedimento uma análise sistemática sobre seu aparato institucional. Lista-se o fluxo de pessoas no município, os recursos destinados à manutenção de servidores públicos e estudantes no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, o número de egressos, graduandos e formandos, a arrecadação tributária municipal, além de outros fatores. Para todas essas análises, torna-se fundamental buscar compreender como a interiorização da universidade federal, sobretudo no município de Sumé, pode ter influenciado ou desencadeado algum processo de desenvolvimento nessa região, outrora completamente carente deste tipo de investimento público.

O campus de Sumé, em uma análise específica, estrutura-se a partir da compreensão de que deveria existir um centro focado no desenvolvimento sustentável do semiárido, considerando suas potencialidades econômicas, produtivas, seus desafios e vulnerabilidades ambientais, sociais e educacionais. Dada sua posição geográfica estratégica, a cidade tem a capacidade de aglutinar com eficácia pessoas de diversos municípios circunvizinhos da região do cariri, sendo este, um fator preponderante à construção de uma unidade da UFCG.

Sobre o município em questão, de acordo com dados do IBGE (2010) Sumé – PB, (Figura 1), dispõe de uma área de 838,071 km² e possui 16.060 habitantes, a renda da população fundamenta-se essencialmente da agricultura com economia voltada ao setor agropecuário, com a produção de hortaliças – tomate, alface, coentro, entre outros - e da empregabilidade gerada pelo poder público municipal, estadual e federal.

Figura 1: Localização do município de Sumé na microrregião do Cariri Ocidental, no semiárido paraibano



Fonte: LACERDA et al., (2015).

No que se refere a indicadores sociais e econômicos do município, segundo dados do Atlas Brasil (2013), a proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, passou de 74,26%, em 1991, para 56,35%, em 2000, e para 30,91%, em 2010.

Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 31,24% eram analfabetos, 28,82% tinham o ensino fundamental completo, 20,13% possuíam o ensino médio completo e 5,01%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. Ainda no ano de 2010, sobre indicadores de Trabalho, a população acima de 18 anos, economicamente ativa e desocupada era de 7,9% (ATLAS BRASIL, 2013).

É sob esse cenário de disparidades e atrasos econômicos e sociais que o CDSA se instala, com uma proposta de transformação social, de criação de oportunidades educacionais e melhoria da qualidade de vida, sobretudo aos camponeses e à população residente na região do cariri paraibano.

O CDSA estrutura-se a partir da necessidade de que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido, fundamentado sob um conjunto de políticas públicas eficientes voltadas para a convivência com a estiagem - característica do cariri paraibano, ao apresentar baixas

precipitações pluviométricas durante o ano, quando comparada com outras microrregiões da Paraíba - e que sejam capazes de promover o desenvolvimento regional com tecnologias apropriadas para este Bioma exclusivo do Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, diante do exposto, a intenção central da pesquisa foi buscar responder a seguinte questão: até que ponto a instalação do CDSA fomentou um possível desenvolvimento da região do cariri paraibano, especialmente no município de Sumé – PB?

A partir deste questionamento principal, variáveis específicas podem ser levantadas, fomentando a criação de novas perguntas: qual o impacto do CDSA na geração de emprego e renda? Assim, este trabalho teve como objetivo examinar em que medida a instalação do CDSA/UFCEG contribuiu para um possível desenvolvimento local do município de Sumé - PB.

Metodologia

Para a execução da pesquisa, o trabalho proposto deu-se considerando aspectos econômicos e sociais. Onde, a partir da análise de aspectos qualitativos e quantitativos, inerentes à cidade de Sumé, buscou-se avaliar, considerando a extensa faixa temporal de 2005 a 2012, período anterior e posterior à implantação da Universidade Federal de Campina Grande, por meio do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, influenciou um possível desenvolvimento da região do cariri paraibano, sobretudo no município de Sumé – PB.

Para o desenvolvimento da pesquisa, os balanços contábeis presentes no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na secretaria de tributos da Prefeitura Municipal de Sumé, facilitaram o entendimento acerca das receitas e despesas que foram movimentadas pelo município no que concerne à faixa temporal de 2005 a 2015, das diversas áreas de investimentos priorizadas por gestores, além dos índices e comparações temporais sobre o aporte de recursos municipais arrecadados, a citar: Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Arrecadação da Cota de Imposto Sobre Circulação de Mercadores e Serviços, Receita Tributária, Arrecadação Total, Despesa Total, Produto Interno Bruto – PIB, além e de outras transferências federais e estaduais.

Políticas públicas e desenvolvimento

O termo Políticas Públicas pode ser expresso a partir da caracterização dada por Rodrigues (2010), ao afirmar é o processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade. O funcionamento da máquina pública de forma eficaz e eficiente envolve a análise da governança, - termo que para Pereira (2012) traduz-se na capacidade que os governos têm de elaborar e implementar políticas públicas. O alcance de altos níveis de desempenho da máquina do Estado também implica na administração dos mecanismos que constituem a *policy arena* - expressão que Frey (2000) conceitua relacionando-se aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política.

Da conjuntura político-administrativa, na década de 1990, ganharam destaque no Brasil os estudos voltados à análise das transformações, tais como fortalecimentos das instituições e os novos formatos de participação política. Contudo, os estudos das políticas públicas – onde Dye (1984, *apud* Souza 2006, p. 24), simplificada e conceitua políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” caracterizando-se como o Estado em ação – baseavam-se na análise constitutiva das políticas a partir do comportamento dos seus idealizadores e formuladores. Conforme observa Faria (2005), a visão metodológica adotada tinha um perfil *top-down*, onde as opiniões (*feedback*) dos beneficiários receptores das políticas não eram consideradas nos processos de implantação e avaliação das *policies*.

A necessidade de controle dos conflitos de interesses entre os diversos atores presentes no ciclo das políticas públicas apresenta-se como um elevado desafio ao sucesso das políticas e a viabilização da promoção do Estado de bem-estar social, fundamentado, portanto, na geração de *accountability* (transparência na utilização dos recursos públicos) e nos princípios da eficiência e da eficácia na formulação, implementação, avaliação e continuidade das políticas públicas bem sucedidas, às quais o Estado necessita.

Destarte, as desigualdades sociais só podem ser superadas através de políticas públicas que promovam transformação institucional, assistindo aos mais necessitados e à população desprovida de oportunidades de trabalho decentes, a qual se desgasta, condenada a viver em uma luta diária pela sobrevivência (SACHS, 2008).

Numa perspectiva desenvolvimentista, os autores Roberto & Bursztyn (2001), afirmam que conceituação sobre o que vem a ser o termo desenvolvimento, passa pela análise do processo histórico ocorrido no século XVIII. O termo desenvolvimento é associado à economia de regiões e de países. Com o processo de industrialização, começa a existir a busca pela expansão de atividades econômicas. Nesse cenário, a estrutura de funcionamento do poder público, tornam-se cada vez mais complexas, ampliando a responsabilidade do Estado na gestão do sistema econômico e na viabilização de garantias sociais.

Sachs (2008) destaca que as estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, necessitam dar resposta aos problemas mais pungentes de cada comunidade. Para tanto, deve-se garantir a participação dos diversos agentes (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) envolvidos no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento includente ressaltado pela palavra “globalização” traduz a necessidade de aglutinar os excluídos e os incluídos. O fomento das políticas de desenvolvimento abrange o empoderamento das comunidades e a abertura direta de espaços democráticos.

Conforme preceitua Brandão (2004, p. 71), em sua obra voltada a um desenvolvimento territorializado “é preciso buscar o crescimento e robustecimento da endogenia regional e local”. Ao considerar que o crescimento é manutenção de interesses, o autor considera que o processo de desenvolvimento deve ser entendido como enfrentamento de interesses, “a partir da legitimação política voltada para a implementação permanente de transferência de renda e riqueza intra e interregionais”.

Assim, Buarque (2008) enfatiza que o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que elevem a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, proporcionando uma relativa autonomia das finanças públicas e viabilizando estratégicos investimentos sociais na localidade.

Deste modo, para entender o cenário atual e prever de forma eficiente os desafios futuros, é fundamental analisar como se dar o direcionamento das políticas públicas no âmbito local e quais as suas focalizações dentre as áreas de demandas sociais, bem como compreender o comportamento das instituições públicas e as *policy networks* (rede de políticas) onde para Frey (2000) podem ser compreendidas através de suas diversas relações de poder instaladas entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada sob suas variadas formas.

Considerando a intersectorialidade e a regionalização, tem sido constatada a necessidade de que as definições de políticas públicas sejam alinhadas às características socioeconômicas que passam a diferenciar grupos. Desta forma, a implementação das políticas públicas deve considerar as particularidades regionais e as características da população a ser atendida (FERNANDES; CASTRO; MARON, 2013).

Políticas públicas educacionais e desenvolvimento regional

Considerando aspectos econômicos e sociais, nenhum país conseguiu se desenvolver sem antes ter dedicado esforços no quesito educação. A base da riqueza de uma população próspera reside na educação, não apenas ou isoladamente resultante de recursos naturais. Com a lógica desenvolvimentista propagada pelo mundo nas últimas décadas, pregando-se o desenvolvimento a todo custo, o desenvolvimento apresenta carências estruturais que necessitam serem supridas por uma nova modernidade ética, não somente técnica (LEFF, 2010).

A universidade constitui-se como um dos mais ativos atores de transformação social, passa, portanto, a ser uma opção para que Estados e regiões superem seus atrasos e deficiências. A evolução educacional do povo harmoniza-se com o desenvolvimento social, estando estes, ligados intimamente. O ensino superior, considerado como via de desenvolvimento econômico e social, proporciona a elevação da produtividade, qualificação profissional, além de melhor distribuição de renda (ALBUQUERQUE, 1979).

Moraes (2000) destaca que a universidade ainda é o centro principal de produção do conhecimento em todo o mundo, embora não detenha mais essa exclusividade. Sabe-se que o

desenvolvimento regional não é instantâneo e não ocorreria se o Estado não continuasse investindo com convicção num forte sistema universitário.

Nesse sentido, Araújo & Santos (2014) em sua pesquisa envolvendo vários pró-reitores (gestores universitários da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ), concluíram que o programa REUNI tem como ideal, alavancar qualitativamente o ensino superior, justamente por ter clara a relevância que as instituições de ensino assumem na promoção do desenvolvimento do país.

O REUNI, inserido em um contexto maior e compondo um plano de estímulo às políticas de ensino superior, representou uma oportunidade de desenvolvimento e ampliação do ensino superior público, ao permitir que a universidade cumprisse com o seu papel, concedendo à população maiores oportunidades de acesso ao ensino superior público. Tamanha expansão possibilitou a observação de maior dinamicidade da cidade, a partir do crescimento econômico, impossibilitando, portanto, a dissociação da expansão ante as considerações que permeiam as dinâmicas da cidade (ARAÚJO; SANTOS, 2014).

Sobre a relação que se estrutura entre a cidade e a universidade, Cota & Diório (2012, *apud* Araújo & Santos, 2014) afirmam que não se pode superestimar o papel do crescimento de uma universidade sobre uma cidade, mas também não podemos subestimá-lo, principalmente quando tratamos de uma cidade de pequeno-médio porte.

Dessa forma, as universidades podem ser consideradas como fator impulsionador na dinâmica das regiões, onde a partir de políticas públicas universalistas, buscam contribuir nos aspectos sociais, econômicos e culturais, e na promoção a maior qualificação e crescimento econômico, a partir do acesso de pessoas ao ensino superior.

Ademais, uma sociedade em desenvolvimento possui características dinâmicas, construindo-se e reconstruindo-se de acordo com a visão obtida pelos cidadãos sobre seus interesses e sobre os aspectos que envolvem a coletividade. Para isso, demanda-se uma eficiente intercomunicação entre as diversas regiões e microrregiões do país, nesse processo de articulação estratégica entre as instituições, a execução de políticas educacionais, seus beneficiários e as comunidades, favorecidas diretamente e indiretamente pela aplicação destas políticas.

Entre os discursos intrínsecos ao desenvolvimento regional, o desenvolvimento incluyente, e a participação dos diversos atores que fazem parte da sociedade, compõem o tema central do discurso. Políticas públicas de distribuição de renda que garantam os direitos cívicos, civis e políticos, são fundamentais no processo de consolidação de um novo mecanismo de desenvolvimento.

Silva (2011) ressalta que para a administração pública brasileira, um dos maiores problemas, é o não entendimento do que vem a ser realmente uma política pública. Uma boa política pública é aquela que atende ao bem coletivo de forma democrática, sem dispensar a participação da população e do setor privado.

O desenvolvimento regional possui o papel de resgate da cidadania, à medida que se apresenta como agente transformador, ao envolver a comunidade nas discussões políticas. Para isso, é necessário sanar antigas necessidades sociais que afastam a sociedade do direito de participar das decisões que versem sobre o interesse coletivo e que sejam para o bem comum. A luta contra a pobreza e contra as desigualdades sociais, a implantação de políticas que visem aliar progresso econômico e social, constituem-se como desafios para o desenvolvimento regional.

Neste contexto, ao valorizar a educação Sachs (2008, p. 39) diz que:

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido da autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima.

Entende-se, portanto, que a educação possui um lugar de destaque em qualquer desenvolvimento, pois é ela que consegue trazer à luz novas ideias, realidades e explicações para a realidade e seus fatos, além de trazer a autonomia e emancipação dos atores sociais.

Dados e indicadores do município de Sumé e seus impactos

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), pode-se afirmar, que nas duas últimas décadas o cariri paraibano urbanizou-se mais do que a média dos municípios do estado. Ante as características geográficas, com uma população atual estimada em

16.060 habitantes, o município de Sumé possui uma área territorial de 838 km², encontra-se a 553 m de altitude, distando 250 km da capital João Pessoa e 130 km de Campina Grande.

Mediante informações mais recentes e constantes no relatório 2013 do Atlas Brasil, sobre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH⁵), utiliza-se para a classificação dos municípios brasileiros, de uma metodologia baseada, dentre outros critérios, da mensuração de dados sobre Educação, Longevidade e Renda para a composição do IDH-Municipal.

Diante do ranking de municípios, o Quadro 1 apresenta dados consolidados do município de Sumé o qual encontra-se na posição 3.534^o com IDH-M de 0,627, a frente de municípios paraibanos como Gurjão (3.587^o), Soledade (3.771^o), Ouro Velho (3.820^o), São João do Cariri (3.653^o) e Areia (4.284^o) e abaixo de municípios paraibanos como Serra Branca e Monteiro, ambos na posição (3.519^o, com IDH-M de 0,628), Pombal (3,407) e Uiraúna (3.378^o).

Quanto aos termos percentuais da população entre 18 a 20 anos com ensino médio completo e da população de 18 anos ou mais com fundamental completo, verifica-se que os números são 36,55% e 35,19%, respectivamente. Tal cenário expõe as fragilidades educacionais enfrentadas pela população e reforça a necessidade de contínua intensificação e fortalecimento dos processos e políticas públicas educacionais no município de Sumé, passando desde o ensino superior – centro de extensão, pesquisa e formação de novos professores de ensino fundamental, médio e superior – como também pelo robustecimento quantitativo e qualitativo das escolas de ensino fundamental e médio nessa região.

A renda per capita no município, conforme evidenciado no Quadro 1, no ano de 2013 era de R\$ 339,68, valor acima da renda per capita de municípios paraibanos como, Serra Branca (R\$ 330,05), Boa Vista (R\$ 314,11), e Camalaú (R\$ 242,92) e abaixo da renda per capita de municípios como São João do Cariri (R\$ 373,55), Monteiro (R\$ 392,05) e Pombal (R\$ 401,60). O município de Sumé, apesar de possuir uma renda *per capita* superior a de muitos municípios da região do cariri paraibano, apresenta baixa renda quando comparados com cidades como Monteiro e Pombal, ambas possuidoras de campus federais de ensino superior em suas faixas territoriais.

Quadro 1: Informações – IDH-M 2013 – Município de Sumé

Posição no Ranking – municípios brasileiros	3.534^o
Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	98,76
Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já o concluiu	84,58
Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	43,32
Percentual da população de 18 a 20 anos com ensino médio completo	36,55
Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	35,19
IDH-M - Educação	0,534
Esperança de vida ao nascer	70,88
IDH-M - Longevidade	0,765
Renda per capita média	339,68
IDH-M - Renda	0,602
IDH-M	0,627

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Avaliação comparativa entre o município de Sumé e o município de Serra Branca na dimensão econômica de 2005 a 2012

Realizando uma análise comparativa sobre informações arrecadatórias e econômicas, enviadas anualmente pelas prefeituras, por meio de relatórios contábeis prestados à Secretaria do

⁵ “O IDHM é um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Os dados utilizados são os do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IDHM vai de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano, quanto mais próximo de um, melhor. Para o IDHM 2013, o acesso ao conhecimento de cada município foi medido pela composição de dois subindicadores com pesos diferentes: escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem”. Mais informações encontram-se disponíveis no portal eletrônico do Atlas Brasil: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/>.

Tesouro Nacional – STN⁶, tem-se a exposição de gráfico, sob uma análise comparativa entre os municípios de Sumé e Serra Branca, os quais possuem porte e características semelhantes - tais como proximidade dos índices populacionais, ao apresentar 16.060 hab. em Sumé e 12.973 hab. em Serra Branca (IBGE, 2010), além de similaridades em indicadores de desenvolvimento, localização geográfica, comum demanda por serviços públicos em áreas essenciais, na saúde, educação, segurança, dentre outras.

Dessa maneira, foi possível traçar análises as quais envolveram aspectos de arrecadação e despesas desses municípios, considerando os variados impostos municipais, as cotas com repasses estaduais além de arrecadações ligadas às dinâmicas de crescimento na infraestrutura local, com a análise do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, além de outros avaliados.

Arrecadação tributária, massa salarial e número de empregos do município de Sumé e Serra Branca no período de 2005 a 2012

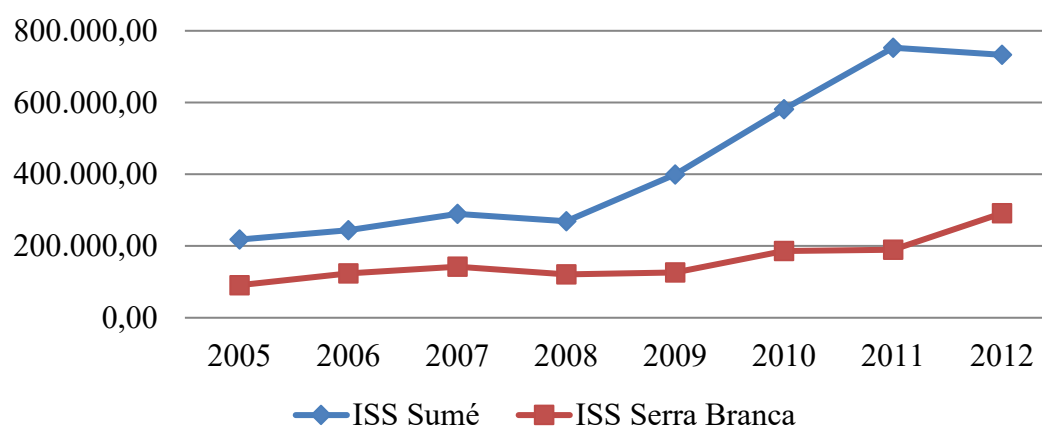
Quanto à arrecadação tributária no município de Sumé e Serra Branca no período de 2005 a 2012, observa-se no Gráfico 1, o recolhimento de recursos em Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, o qual tem natureza municipal e apresenta como fato gerador a prestação de serviços previamente determinados por lei, conforme salienta Cassone, (2011).

O Gráfico 1 expõe que a arrecadação de ISS entre Sumé e Serra Branca, mantinha entre o período de 2005 a 2007 uma distância equitativa, possuindo o município de Sumé, maior arrecadação nessa competência, sendo os valores em reais de: R\$ 217.924,54, R\$ 243.840,36, R\$ 289.496,85 e R\$ 268.976,00 nos anos de 2005, 2006 e 2007 e 2008, respectivamente, e de R\$ 90.786,00, R\$ 123.737,49, R\$ 141.852,74 e R\$ 120.975,75 para os municípios de Serra Branca, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

No entanto, essa tendência não se manteve no ano de 2009, quando o município de Sumé apresentou vertiginoso crescimento na arrecadação, mantendo sua receita de ISS em R\$ 399.356,00 quando Serra Branca apresentou uma arrecadação de ISS no patamar de R\$ 126.182,70. Um crescimento de 31,59% na arrecadação do município de Sumé, quando comparado o mesmo ano de análise com Serra Branca.

As informações que seguem sobre o nível de arrecadação entre 2010 a 2012, conserva a preponderância arrecadatória de Sumé, o qual recolheu R\$ 580.912,00, R\$ 752.819,00 e R\$ 732.789,69 nos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente. Para o mesmo período, Serra Branca, por sua vez, registrou arrecadações de R\$ 186.037,67 em 2010, R\$ 189.561,92 em 2011 e de R\$ 291.251,27 em 2012. Tal contexto, expressa possíveis crescimentos internos a partir de 2008 no que se refere à geração e ampliação de serviços de qualquer natureza no município de Sumé e em ritmo de crescimento menor, o município de Serra Branca, principalmente, a começar do ano de 2009.

Gráfico 1: Arrecadação de ISS – Sumé e Serra Branca, em Reais (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

⁶ No portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as respectivas prefeituras municipais avaliadas apresentam registros dos balanços contábeis entre 2005 a 2012. Por esse motivo, devido à momentânea indisponibilidade dos balanços contábeis para os anos seguintes, foram tabulados e analisados os dados contábeis na faixa temporal entre 2005 a 2012.

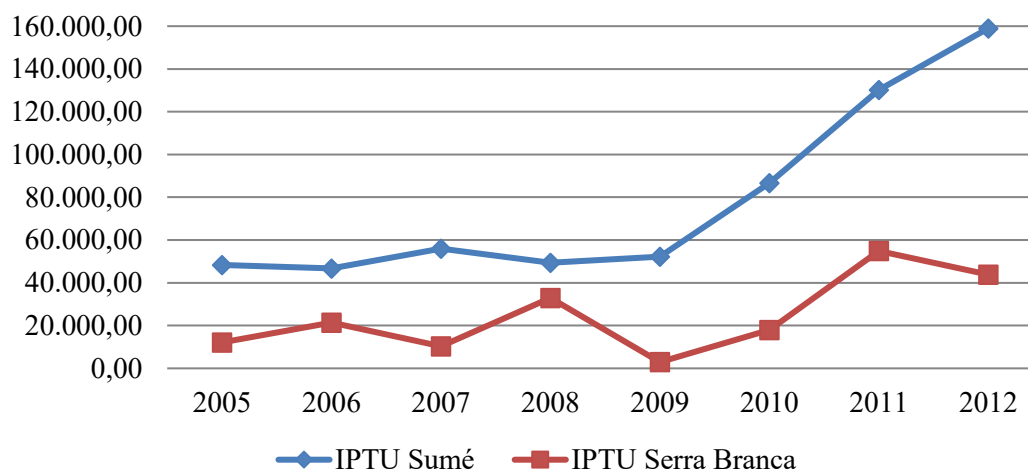
O Gráfico 2 busca representar os níveis de arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU dos municípios de Sumé e Serra Branca. O referido imposto, de competência dos municípios brasileiros, justifica-se por ter como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física localizado na zona urbana do Município, como definido nos artigos 32 a 34 da Lei Civil⁷ 5.172/1966, salienta (CASSONE, 2011).

Na avaliação de arrecadação de IPTU nos municípios avaliados, verifica-se que o município de Sumé até o ano de 2009, mantém-se com uma arrecadação entre 48 mil e 53 mil reais. O panorama de maior oscilação ocorreu no recolhimento do referido imposto pelo município de Serra Branca, o qual variou entre R\$ 12.042,00 em 2005, indo a R\$ 32.886,30 em 2008 e chegando a R\$ 2.919,70 em 2009.

A partir de 2009 o município de Sumé registrou um maior fluxo de arrecadação de IPTU em seu município, fazendo com que o recolhimento saísse de R\$ 52.224,00 em 2009, e alcançasse um crescimento exponencial de R\$ 86.664,00 em 2010, R\$ 130.258,00 em 2011 e R\$ 158.961,94 arrecadados em 2012. Os dados repassam a informação de que a partir de 2009, o município sai da sua média normal, registrada desde o ano de 2005, e apresenta vertiginoso aumento no recolhimento de IPTU, possivelmente ressaltando de maior intensidade em registros de imóveis, expansões, reformas ou construções imobiliárias no município de Sumé a partir do ano de 2009.

A arrecadação de Serra Branca para o período de 2010 a 2012 demonstrou que houve expressiva melhora no ano de 2011, chegando a R\$ 54.865,44, com rápido recuo em 2012, quando a arrecadação foi de R\$ 43.815,79.

Gráfico 2: Arrecadação de IPTU – Sumé e Serra Branca, em Reais (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

A arrecadação de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos – ITBI, o qual, conforme expresso na Lei 5.172/1966 em seus artigos 35 a 42 possui como fato gerador i) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física; ii) a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia; dentre outros critérios.

No Gráfico 3, nota-se o dinâmico cenário de arrecadação, o qual apresenta o município de Sumé como uma arrecadação de R\$ 14.849,51 em 2005 e Serra Branca com um recolhimento na cifra de R\$ 11.667,00. Dentre os anos 2006, 2007, e 2008, o panorama apresentado demonstra uma aproximação dos patamares arrecadatários, onde registra-se o recolhimento de R\$ 9.361,33, R\$ 8.139,06 e R\$ 10.343,00, nos anos de 2006, 2007 e 2008 no município de Sumé e de R\$ 14.955,00, R\$ 14.130,03 e de R\$ 10.165,68, para o município de Serra Branca, durante o mesmo período 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

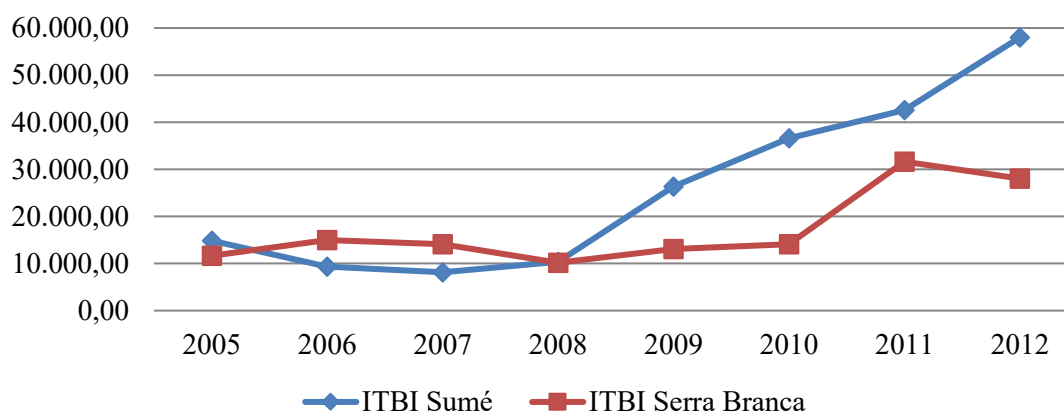
Após os dados de arrecadação apresentados pelos dois municípios no ano de 2008, Sumé passa a ter um crescimento absoluto, entre os anos de 2008 a 2012, merecendo destacar as arrecadações de 2009, no valor de R\$ 26.324,00 e a soma recolhida em 2012, que chegou a R\$

⁷ Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a qual dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

57.988,34. Sobre esse mesmo tempo salientado, o município de Serra Branca apresentou uma arrecadação de R\$ 13.100,00 em 2010 e após um importante crescimento em 2011, um recolhimento de R\$ 28.039,61 em 2012.

Tal perspectiva chama a atenção para mudanças no cenário econômico e social do município de Sumé, o qual demonstrou uma nova postura arrecadatória entre os anos de 2008 a 2012. Devendo-se ainda, enfatizar o aumento no índice de arrecadação do referido imposto obtido pelo município de Serra Branca, no ano de 2011, o qual chegou a R\$ 31.625,36.

Gráfico 3? Arrecadação ITBI – Sumé e Serra Branca, em Reais (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

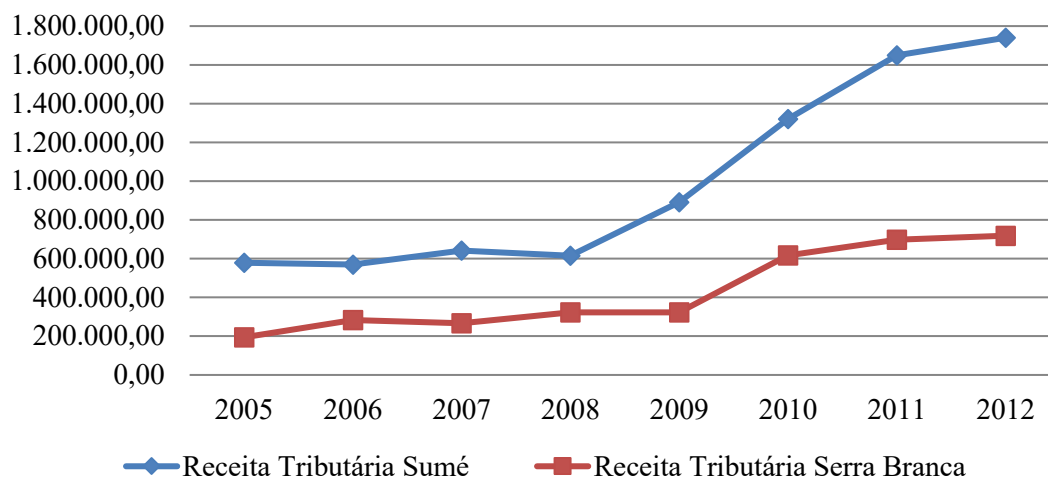
Quanto aos dados de receita tributária entre os dois municípios, no Gráfico 4, tem-se que o município de Sumé, entre os anos de 2005 a 2008, variou seus índices de receita entre R\$ 578.579,67 e R\$ 615.271,00 enquanto que Serra Branca, no mesmo período, teve uma receita tributária de R\$ 194.156,00 a R\$ 323.489,75, baixando ainda sua receita para R\$ 322.079,28 no ano de 2009.

A partir de 2008, Sumé por um expressivo aumento na receita de sua arrecadação tributária, saindo de R\$ 615.271,00 e chegando a R\$ 891.360,00, R\$ 1.320.005,00 e R\$ 1.648.281,00, nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em Serra Branca, este crescimento, no entanto, não teve a mesma dinâmica exponencial. Verificou-se nesse município que além de um considerado crescimento arrecadatório só ter ocorrido durante o ano de 2009, tratou-se de recolhimentos anuais em proporção menor. Variando para R\$ 616.926,57 em 2010, R\$ 698.096,25 em 2011 e R\$ 718.384,05 em 2012.

Somadas as arrecadações destes municípios, considerando os anos de 2008 a 2012, constata-se uma variação de 43,11% (R\$ 3.535.669,78). Os dados demonstram oscilações e distâncias mais paritárias entre 2005 e 2008, porém, já no início do ano de 2008, Sumé passou a arrecadar elevados montantes financeiros ampliando assim sua receita tributária. Esse crescimento se deu em menor grau no município de Serra Branca, começando somente no início de 2009.

Torna-se importante salientar que a receita tributária de cada ano avaliado, mediante classificação contábil enviada à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, aglutina as receitas sobre patrimônio e renda, o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho – IRRF, Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos, Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI, o Impostos sobre a Produção e a Circulação, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, além de Taxas e Contribuição de Melhoria.

À parte do cálculo de receita tributária, encontram-se as arrecadações atinentes às receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receita agropecuária, receita industrial, e receita de serviços.

Gráfico 4: Receita Tributária – Sumé e Serra Branca, em Reais (R\$)

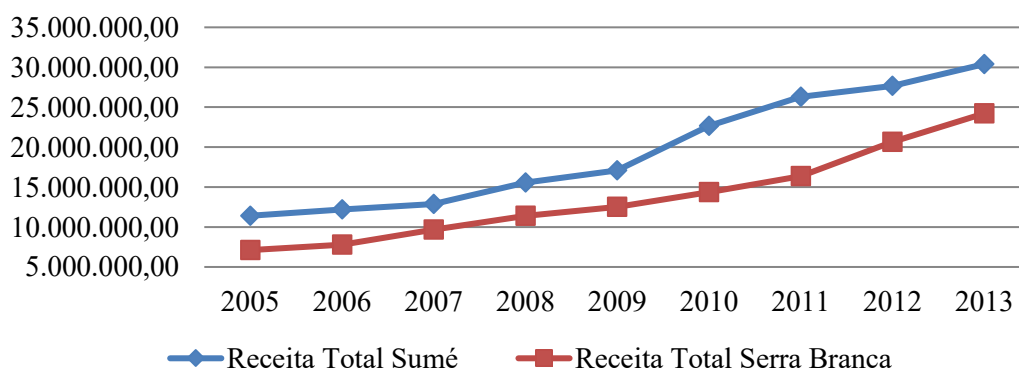
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

O Gráfico 5 apresenta a receita total⁸ dos municípios de Sumé e Serra Branca entre os anos de 2005 e 2013. O gráfico exprime que as receitas totais no município de Sumé variaram entre R\$ 11.411.537,44 a R\$ 30.389.873,00 nos anos de 2005 e 2013, respectivamente. E em Serra Branca, foram de R\$ 7.111.998,00 a R\$ 24.215.545,00, nos anos de 2005 e 2013, respectivamente.

Considerando a crescente arrecadação total, em cada fase da faixa temporal avaliada, é oportuno salientar o acentuado crescimento no recolhimento total do município de Sumé, sobretudo, entre os anos de 2009 a 2012 – conforme assinalado no Gráfico 5.

Em 2009 Sumé arrecadou um montante de R\$ 17.082.129,00, passando para R\$ 22.674.284,00 em 2010 e para R\$ 26.282.680,00 e R\$ 27.655.523,04, em 2011 e 2012, respectivamente. Apresentando acelerado crescimento nesse período e chegando a R\$ 30.389.873,00 em 2013. O Gráfico 5 assinala a distinta dinâmica financeira e arrecadatória vivida pelo município de Sumé, principalmente a partir de 2009, onde ocorreram claras variações nas tendências de crescimento das receitas totais desse município.

Difere-se, portanto, do balanço financeiro-contábil apresentado pelo município de Serra Branca para esse mesmo período. Naquele município, a capacidade arrecadatória do total de receitas, demonstrou que o município conviveu com outro tipo ou intensidade de mecanismos geradores de receitas.

Gráfico 5: Receita Total – Sumé e Serra Branca, em Reais (R\$)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

Quanto ao Gráfico 6, registra-se a despesa total dos municípios de Sumé e Serra Branca de 2005 a 2012, a seção despesa total, abrange as despesas correntes, aquelas realizadas com os gastos

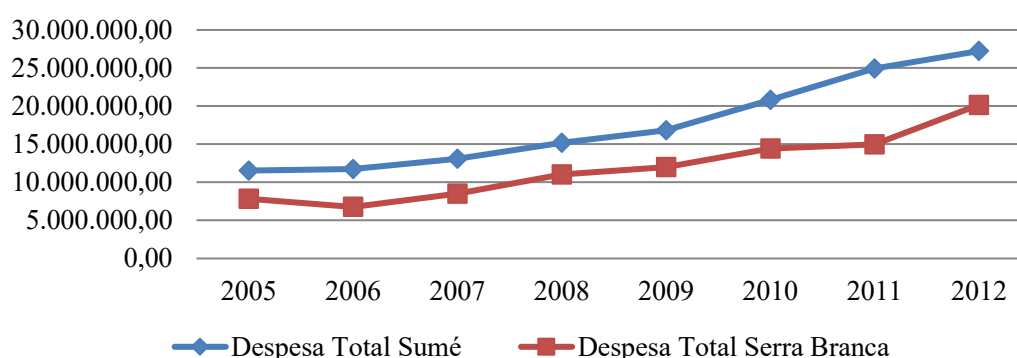
⁸ A coleta de dados referentes às receitas totais do ano de 2013 nos municípios de Sumé e Serra Branca deu-se, especialmente, a partir de informações disponibilizadas pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

comuns e rotineiros da máquina pública e ligadas à pessoal e encargos sociais, aplicações diretas, vencimentos e vantagens fixas, além de outras despesas correntes. Soma-se ainda às despesas totais, aquelas relacionadas às despesas de capital, despesas estas que servem para a manutenção e expansão da máquina pública e a investimentos, aplicações diretas a exemplo da aquisição de imóveis, obras e instalações, além de equipamentos e material permanente, dentre outros.

O Gráfico 6, com a despesa total dos dois municípios, apresenta Sumé à frente dos gastos em toda faixa temporal analisada, além de uma maior diferença entre as despesas totais, com uma distinção nas despesas totais de R\$ 4.958.959,01 em 2006. A despesa total do município intensificou-se em 2010, a ponto de apresentar uma disparidade no valor de R\$ 6.367.292,61 na superioridade das despesas de Sumé, chegando a R\$ 9.982.152,98 em 2011, e R\$ 7.066.247,87 em 2012, quando comparada com as despesas de Serra Branca.

Tais dados reforçam cenários anteriormente analisados, no tocante aos níveis de arrecadação de diversos impostos e às receitas recolhidas no município e mantêm as duas cidades em posição proporcional aos diversos cenários locais de investimentos públicos – federais, estaduais e municipais.

Gráfico 6: Despesa Total – Sumé e Serra Branca, em Reais (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

Considerações finais

O processo de expansão das universidades públicas federais por meio de uma política de geração e ampliação de oportunidades possibilitou o firmamento e reconstrução de novos cenários, os quais foram capazes de modificar contextos sociais e econômicos de regiões, a partir de ações governamentais voltadas às localidades desprovidas de determinados serviços públicos.

A análise dos diversos indicadores e áreas que versaram sobre os padrões de arrecadação e despesas, relações entre empresas e empregabilidade, além de informações educacionais sobre as dinâmicas financeiras e sociais – atinentes ao viver acadêmico de um recente centro público de educação superior -, possibilitaram uma visão sistêmica das composições e reformulações dos espaços que se integram e interagem sob a influência de um conjunto de políticas públicas, elaboradas e manifestas, sobretudo, a partir dos anos 2005.

A implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, demandou, principalmente no município de Sumé, uma série de ofertas de bens e serviços, os quais se multiplicaram e se distribuíram em diversos ramos e mercados locais. A geração de favoráveis circunstâncias à criação de novos mercados representou a ampliação e robustez de importantes áreas, a citar, por exemplo: o crescimento econômico promovido por novos panoramas e realidades que melhoraram os indicadores de emprego e renda; e as novas oportunidades educacionais geradas pela implantação do CDSA, que redefiniu e ampliou escolhas, absorvendo em grande parte, estudantes localizados na própria região do cariri paraibano - vítimas de uma reprimida demanda histórica a qual, pouco a pouco, se reduz e converte-se em novos potenciais transformadores na região do cariri.

Pode-se analisar que a melhoria desses indicadores e realidades econômicas e sociais, deu-se em grande medida, pela instalação e participação ativa da universidade federal, pública e superior, instalada no município – fruto de uma integrada e sistêmica política federal de expansão, interiorização e promoção do desenvolvimento regional. Não obstante, tais variações não se

apresentaram no município de Serra Branca, na mesma proporção que em Sumé. Sobre isso, mesmo diante de várias similaridades geográficas, populacionais e produtivas, dentre outras, infere-se que estes municípios encontram-se inseridos em diferentes cenários econômicos os quais possuem ritmo e dinâmicas particulares.

Referências

ALBUQUERQUE, L. C. de. **Universidade e Realidade Brasileira**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

ARAÚJO, C. B.; SANTOS, L. M. M. (2014). O REUNI na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Psicologia & Sociedade**, 26(3), p. 642-651, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a13v26n3.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sume_pb. Acesso em: 31 jan. 2016.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRANDÃO, C. A. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf> Acesso em: 31 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 25 set. 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário: Fundamentos constitucionais da tributação, Definição de tributos e suas espécies, Conceito e classificação dos impostos, Doutrina, pratica e jurisprudência**. / Vittorio Cassone. - 22.ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº. 59, p. 97-169, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J.; Desafios para implementação de políticas públicas: intersectorialidade e regionalização. **VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 2013. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. nº 21. p. 211 - 260. jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados, Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=250073&search=paraiba>> Acesso em: 01 fev. 2017.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de: Silvânia Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Flavio Fava de. **Universidade, inovação e impacto sócio econômico**. São Paulo: **Perspectiva**. vol.14, n. 3, jul/set. 2000.

Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016. Disponível em: <<http://www.nit.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 328 p.

ROBERTO, S. B. Jr; BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: _____. **Ciência, ética e sustentabilidade**. Marcel Bursztyn (Org.). São Paulo: Corte, 2001.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, J. I. A. O. A dimensão ambiental como política pública e condicionante para o desenvolvimento. In: MELO, C. A. V.; SOARES, K. C. C. **Instituições, gestão pública e desenvolvimento sustentável**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2011. cap. Meio Ambiente, p. 247-288.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 11 nov. 2017.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.